

# **I CONFERÊNCIA DO CURRÍCULO INSTITUCIONAL DA UFFS - 2026**

**DOCUMENTO BASE PARA A PROPOSIÇÃO  
DE DIRETRIZES CURRICULARES DA UFFS:  
O CURRÍCULO EM MOVIMENTO**





## IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

**Endereço da Reitoria:** Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul  
Chapecó, SC – Brasil, CEP 89815-899

**Reitor:** João Alfredo Braida

**Vice-Reitora:** Sandra Simone Hopner Pierozan

**Pró-Reitor de Graduação:** Marilane Maria Wolff Paim

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:** Joviles Vitório Trevisol

**Pró-Reitor de Extensão e Cultura:** Willian Simões

**Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura:** Edivandro Luiz Tecchio

**Pró-Reitor de Planejamento:** Ilton Benoni da Silva

**Pró-Reitor de Assuntos Estudantis:** Clóvis Alencar Butzge

**Pró-Reitor de Gestão de Pessoas:** Sérgio Begnini

### Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretora de *Campus*: Adriana Remião Luzardo

Coordenadora Administrativa: Cladis Juliana Lutinski

Coordenador Acadêmico: Everton Bandeira Martins

### Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenadora Administrativo: Adenise Clerici

Coordenadora Acadêmico: Judite Scherer Wenzel

### Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Cherlei Marcia Coan

### Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Fábio Luiz Zeneratti

Coordenador Administrativo: William Pletsch dos Santos

Coordenadora Acadêmica: Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

### Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Jaime Giolo

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

### Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenador Administrativo: Edson Antonio Santolin

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



**CONFERÊNCIA DO CURRÍCULO UFFS 2025-2026**  
**DOCUMENTO BASE PARA A PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES CURRICULA-  
RES DA UFFS: O CURRÍCULO EM MOVIMENTO**

*Grupo de Trabalho para discutir o Currículo  
da Universidade Federal da Fronteira Sul*

Designados a partir da PORTARIA Nº 4473/GR/UFFS/2026, DE 20 DE MARÇO DE 2026

<b>Nomes</b>	<b>Equipe de Coordenação</b>
Fabiane de Andrade Leite	Diretoria de Organização Pedagógica/Pró-Reitoria de Graduação
Solange Maria Alves	Diretoria de Políticas de Graduação/Pró-Reitoria de Graduação
Pedro Adalberto Aguiar Castro	Diretoria de Registro Acadêmico/Pró-Reitoria de Graduação
<b>Nomes</b>	<b>Representantes Pró-Reitorias</b>
Marilane Maria Wolff Paim	Pró-Reitoria de Graduação
Alexandre Luis Fassina	Diretoria de Organização Pedagógica/Pró-Reitoria de Graduação
Lucelia Peron	Diretoria de Políticas de Graduação/Pró-Reitoria de Graduação
Ademir Luiz Bazzotti (titular)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Willian Simões (suplente)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Samira Peruchi Moretto (titular)	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Lidiane Ronsoni Maier (suplente)	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Betina Muelbert (titular)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
Vanessa Ferreira Lago (suplente)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
<b>Nomes</b>	<b>Representantes das Coordenações Acadêmicas</b>
Roque Ismael da Costa Güllich (titular)	<i>Campus Cerro Largo</i>
Pablo Lemos Berned (suplente)	<i>Campus Cerro Largo</i>
Alexandre Mauricio Matiello (titular)	<i>Campus Chapecó</i>
Dariane Carlesso (suplente)	<i>Campus Chapecó</i>
Luis Eduardo Azevedo Modler (titular)*	<i>Campus Erechim</i>
Denise Knorst da Silva (suplente)*	<i>Campus Erechim</i>
Anderson André Genro Alves Ribeiro (titular)**	<i>Campus Erechim</i>
Raphaela de Toledo Desiderio (suplente)**	<i>Campus Erechim</i>
Renan Santos Mattos (suplente)**	<i>Campus Erechim</i>
Ana Cristina Hammel (titular)	<i>Campus Laranjeiras do Sul</i>



Jaime Giolo (titular)	<i>Campus</i> Passo Fundo
Renata dos Santos Rabello Bernardo (suplente)	<i>Campus</i> Passo Fundo
Ademir Roberto Freddo (titular)	<i>Campus</i> Realeza
Everton Artuso (suplente)	<i>Campus</i> Realeza
Márcia Adriana Dias Kraemer (titular)	<b>Representante da Comissão Institucional do Fórum das Licenciaturas</b>
Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia (suplente)	<b>Representante da Comissão Institucional do Fórum das Licenciaturas</b>
<b>Nomes</b>	<b>Fórum do Domínio Comum</b>
Reneo Pedro Prediger*	<i>Campus</i> Cerro Largo
Izabel Gioveli**	<i>Campus</i> Cerro Largo
Divane Marcon	<i>Campus</i> Chapecó
Gustavo Giora*	<i>Campus</i> Erechim
Aníbal Lopes Guedes**	<i>Campus</i> Erechim
Leidiani da Silva Reis	<i>Campus</i> Laranjeiras do Sul
Jaime Giolo	<i>Campus</i> Passo Fundo
Marcelo Zanetti*	<i>Campus</i> Realeza
Antonio Marcos Miskiw**	<i>Campus</i> Realeza
<b>Nomes</b>	<b>Fórum do Domínio Conexo</b>
Cássio Luiz Mozer Belusso*	<i>Campus</i> Cerro Largo
Neusete Machado Rigo**	<i>Campus</i> Cerro Largo
Derlan Trombetta	<i>Campus</i> Chapecó
Sonize Lepke	<i>Campus</i> Erechim
Bruno Fernandes de Oliveira	<i>Campus</i> Laranjeiras do Sul
Renata dos Santos Rabello Bernardo	<i>Campus</i> Passo Fundo
Carmen Elisabete de Oliveira*	<i>Campus</i> Realeza
José Oto Konzen**	<i>Campus</i> Realeza

\* Membros durante vigência da PORTARIA Nº 4230/GR/UFFS/2025, DE 19 DE SETEMBRO DE 2025

\*\* Designados a partir da PORTARIA Nº 4473/GR/UFFS/2026, DE 20 DE MARÇO DE 2026



## Sumário

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	6
1 HISTÓRICO DO CURRÍCULO INSTITUCIONAL DA UFFS.....	9
1.1 Proposta do Movimento Pró-Universidade (2007-2009).....	9
1.2 Implantação do currículo institucional (2010-2011).....	12
1.3 Reformulação dos Domínios Formativos (2012).....	15
1.4 Reflexões e demandas acumuladas (2013-2025).....	18
1.5 Concepções do Projeto Pedagógico Institucional (2024-2025).....	22
2 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A FORMAÇÃO SUPERIOR.....	26
3. PRESSUPOSTOS E PRINCÍPIOS PARA UM CURRÍCULO EM CONSTRUÇÃO.....	29
3.1 Pressupostos.....	29
3.2 Princípios.....	34
4. DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA CURRICULAR INSTITUCIONAL.....	37
4.1 EIXOS TEMÁTICOS DE DISCUSSÃO.....	39
1. Fundamentos ontológicos e sócio-históricos da formação humana.....	39
2. Fundamentos éticos, estéticos e epistemológicos.....	39
3. Fundamentos da formação profissional.....	40
4. Saberes complementares à formação profissional.....	41



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Revisitar uma diretriz, uma proposta, uma matriz curricular da qual tomamos parte por um longo período, é um ver-se. Não um ver-se qualquer, aligeirado, descuidado. Trata-se de ver-se como uma síntese da história que produziu a matriz sobre a qual agora exercitamos o ver-se para que seja possível rever-se e seguir. Acompanhar as mutações da vida requer reconhecer-se no ontem, no hoje e, quiçá, no amanhã. É com este espírito de unidade dialética dos tempos históricos, que vão tecendo as gentes, que olhamos para o currículo da UFFS para reconhecê-lo como um ontem necessário, gênese do que estamos sendo hoje. Não como raiz de fracassos, mas como rizoma em movimento que nos possibilita, neste tempo do hoje, rever e rever-se e seguir. Trata-se de uma oportunidade para avaliar e reposicionar a proposta curricular no contexto da universidade que se pretende ancorada no ensino, na pesquisa, na extensão e cultura contemplando-os como elementos constitutivos e constituintes da função social da educação superior cuja tarefa se guia por percursos de formação integral e de desenvolvimento do gênero humano. Rever, rever-se, arriscar propor um novo currículo para uma proposta de educação superior é algo complexo, nem sempre indolor, mas necessário.

Trata-se de um movimento que recoloca perguntas centrais que, desde o antes da UFFS nascer como universidade, se colocavam para os movimentos sociais e para as comissões que discutiram, dialogaram, concordaram, discordaram sobre perguntas como:

- 1) Qual projeto societário defendemos e nos propomos a construir? Como a universidade e a implementação do seu currículo podem se tornar mediações práticas vinculadas a efetivação do projeto formativo que almejamos?
- 2) O que é currículo educacional? O que o currículo tem a ver com a sociedade? Conhecemos as concepções de currículo que orbitam e disputam espaços e tempos educacionais? Como nos posicionamos?
- 3) É possível pensar em um currículo desvinculado do mundo real, das formas de organização social, das relações de trabalho e de produção, da diversidade social, cultural, étnica, cognitiva?



- 4) O que é conhecimento? Como se produz o conhecimento? Como o conhecimento forma o sujeito no nível superior? Que tipo de sujeito queremos formar? Quais conhecimentos são indispensáveis para a formação desse sujeito?
- 5) A quem educamos? Como garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem geradora de desenvolvimento humano numa universidade que se pretende popular (sem populismos), alicerçada em princípios de democracia e de inclusão?
- 6) Para quê educamos? Para adequar os sujeitos ao funcionamento social e ao mercado de trabalho ou para compreender criticamente o mundo e inserir-se de forma propositiva e criativa para afirmação de outras possibilidades de ser da humanidade?
- 7) Para quem educamos? Qual a função social da educação superior na contemporaneidade? A quem compete defini-la, problematizá-la, avaliá-la e reconstruí-la?
- 8) De onde viemos? Onde estamos? Para onde vamos?

Essas questões se colocaram lá, no nosso começo e se colocam agora com a mesma força, com a mesma exigência acerca do reconhecimento de que, o que temos como tarefa é muito mais do que substituir componentes curriculares de uma matriz que estamos problematizando. Ainda, embora a força das questões seja a mesma, o cenário se modificou de modo substancial. Hoje, a diversidade social, cognitiva, étnico-cultural, linguística etc., desafiamos a pensar o currículo num mundo em que as transformações são mais rápidas e as bases técnicas de produção se modificaram a partir: da comunicação, da informação em rede e em tempo real, e da rede social que coloca uma espécie de onipresença a cada um de nós que vamos nos tornando capazes (será?) de estar em várias atividades ao mesmo tempo sem sair da cadeira da sala de trabalho ou de casa; da inteligência artificial e das novas demandas sobre ética e estética da formação acadêmica; dos processos de globalização econômica, seus impactos políticos e culturais, muitos dos quais, de caráter reativo; das novas formas de controle social associadas à autoimposição de uma adaptação irrestrita; e da emergência de novas patologias psíquicas de caráter depressivo, vinculadas ao “excesso de positividade” da sociedade mercantil (Han, 2024)<sup>1</sup>. Esses são alguns dos elementos que compõem a contemporaneidade e constituem grandes desafios a uma proposta curricular.

---

<sup>1</sup>HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis, Vozes, 2024.



Sob essa conduta inquiridora, o presente documento - em movimento - traz elementos iniciais e de base para a avaliação/revisão/construção da proposta curricular da UFFS pública, democrática, popular e inclusiva. Está escrito por muitas mãos, nossas mãos. De professoras e professores, técnicos/as educacionais, servidores/as, comunidade regional que, de diferentes lugares, jeitos, olhares, escreveram, pensaram, viveram e vivem o currículo da UFFS.

Assim, num primeiro momento, resgata-se o processo histórico da estrutura curricular atual organizada sob os domínios formativos (comum, conexo e específico), para orientar a revisão do currículo institucional da UFFS. A essa organização curricular, o texto apresenta um conjunto de demandas formativas vinculadas ao cumprimento de legislações específicas emergentes ao longo do período de vigência dessa estrutura curricular, relacionadas às demandas inclusivas, ambientais, dos direitos humanos, da pesquisa e da extensão e cultura, mais recentemente. Não como linha reta, mas como um ontem revisitado, problematizado pelos desafios do hoje ocupado também com o amanhã. Esse resgate vai dos primórdios até as reflexões e sinalizações presentes no atual PDI e PPI que, ao tecerem críticas ao ontem, apontam desafios e demandas do hoje para o amanhã. Em seguida, mediante o percurso histórico e reflexões atinentes aos desafios contemporâneos da educação superior, este documento traz alguns conteúdos fundamentais que contribuem para pensar e propor um currículo de formação superior ancorado no projeto político pedagógico institucional. Um quarto momento apresenta um instrumento de avaliação do currículo vigente e que sinaliza possíveis caminhos de reorganização da estrutura curricular da UFFS, capaz de integrar as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão/cultura e demais temas contemplados como prioritários pela comunidade universitária no percurso formativo dos cursos de graduação e pós-graduação da UFFS.



# 1 HISTÓRICO DO CURRÍCULO INSTITUCIONAL DA UFFS

## 1.1 Proposta do Movimento Pró-Universidade (2007-2009)

A organização curricular em Domínios Formativos consolidou-se como uma marca da identidade curricular da Universidade Federal da Fronteira Sul, concebida desde os movimentos Pró-Universidade, formada a partir da ação de movimentos sociais populares nos três estados da região sul do Brasil. Em novembro de 2007, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul já demonstrava o desejo de que a nova universidade apresentasse características pioneiras, entre as quais a estrutura curricular, tendo como modelos a UFABC, com áreas comuns dos bacharelados, ou os bacharelados interdisciplinares. Em nova reunião, em dezembro de 2007, na apresentação da proposição à comissão do projeto elaborada pelo movimento pró-universidade, já são destacados tópicos sobre a estrutura curricular desejada:

Não iniciar na estrutura curricular tradicional;  
Utilizar os elementos fundamentais da proposta da Universidade Nova<sup>2</sup>, sem assumi-la por completo;  
Primeiro ciclo único para toda a universidade, dando unidade à ação da instituição.  
Primeiro ciclo centrado nos elementos estruturais das áreas do conhecimento (uma forte formação básica);  
Primeiro ciclo como parte da estrutura curricular, dando base para a sequência dos estudos, não sendo terminativo (sem titulação superior)<sup>3</sup>.

A proposta de uma organização curricular em três troncos (Inicial, Intermediário e Profissionalizante) aparece, contudo, a partir de fevereiro de 2008, com a apresentação da experiência da UFAL - Campus de Arapiraca ao GT. O denominado Tronco Inicial possuía 400h, equivalentes a um semestre letivo, e constituía-se por quatro disciplinas comuns a to-

<sup>2</sup>A mesma passagem será reafirmada nos documentos de sínteses e discussões sobre o Domínio Comum realizada em 2012 sem que haja uma contextualização do tema. Por Universidade Nova compreende-se um conjunto de propostas de reestruturação da arquitetura curricular do ensino superior brasileiro, vigente até hoje desde a reforma operada em 1968 durante o regime ditatorial. A Universidade Nova retoma ideias de Anísio Teixeira (1900-1971) sobre o ensino superior e estabelece paralelos entre a estrutura do ensino superior adotada nos Estados Unidos e, mais recentemente, unificada na Europa (Declaração de Bolonha). Trata-se de um desdobramento do Projeto UFBA Nova, e posto em debate concomitantemente às discussões sobre o REUNI. Cf. ALMEIDA FILHO, Naomar. **Universidade Nova**: textos críticos e esperançosos. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007.

<sup>3</sup>REINERT, Dalvan José; LAFFIN, Marcos (coord.). Grupo de trabalho de criação da futura Universidade Federal com campi nos estados do PR, SC e RS: relatório das atividades e resultados atingidos. Santa Maria, Florianópolis, Brasília: março de 2008, p.48. Disponível em: [http://antiga.uffs.edu.br/wp/wp-content/uploads/hst/hst\\_relatorio01.pdf](http://antiga.uffs.edu.br/wp/wp-content/uploads/hst/hst_relatorio01.pdf) Acesso em: 09 fev. 2023.



dos os cursos organizadas em dois eixos: Formação Geral e Enfoque interdisciplinar. Compunham as disciplinas do Tronco Inicial naquela IES: “Sociedade, natureza e desenvolvimento: relações locais e globais” (20h); “Produção do conhecimento: ciência e não-ciência” (120h); “Lógica, informática e comunicação” (120h); e Seminário integrador I” (40h).

Conforme o histórico institucional<sup>4</sup>, em abril de 2009 a Comissão de Implantação da UFFS define cursos, vagas e o início das aulas e, no mês seguinte, há a definição dos projetos pedagógicos dos cursos<sup>5</sup> e definição dos Domínios Conexos, culminando em junho com a conclusão do Projeto Pedagógico Institucional. Nesta primeira versão do PPI, os currículos já se organizam em três dimensões nomeadas “tronco comum”, “domínio conexo”, e “domínio específico”, de modo que a finalidade atribuída ao tronco comum é:

- a) desenvolver em todos os estudantes da UFFS as habilidades e competências instrumentais consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer profissional (capacidade de análise, síntese, interpretação de gráficos, tabelas, estatísticas; capacidade de se expressar com clareza; dominar minimamente as tecnologias contemporâneas de informação e comunicação) e
- b) despertar nos estudantes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões (municipal, estadual, nacional, regional, internacional).

As sete disciplinas sugeridas preliminarmente para o Tronco Comum, pelo Movimento Pró-Universidade eram: *Leitura e Expressão Escrita; Matemática Instrumental; Estatística; Informática Básica; Ética e Cidadania; Sociologia Básica; Sociedade, Saúde e Meio Ambiente*. Esse conjunto de saberes, em certa medida, espelhavam os temas transversais previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1996: *Ética, Saúde, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo, Pluralidade Cultural*. Cabe ressaltar que os temas transversais são concebidos, neste documento, como um conjunto de temas que permeiam a concepção das diferentes áreas, seus objetivos, conteúdos e orientações didáticas, sem restringi-los à abordagem de uma única área, envolvendo problemáticas sociais atuais e urgentes.

Em 2009 a Comissão de Implantação definiu o conjunto de 11 componentes curriculares obrigatórios a todos os cursos de graduação que totalizavam 660h: *Leitura e Produção Textual I; Leitura e Produção Textual II; Introdução à Informática; Matemática Instrumental; Estatística Básica; Iniciação à Prática Científica; Direitos e Cidadania; Introdução ao Pensamento Social; História da Fronteira Sul; Meio Ambiente, Economia e Sociedade; e Fundamentos da Crítica Social*. Mesmo após a primeira revisão dessa organização, que renomeia o

<sup>4</sup>Disponível em: [http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page\\_id=42](http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page_id=42) Acesso em 10 fev 2023.

<sup>5</sup>ANDRIOLI, Antonio Inácio. Sobre Domínio Comum, Domínio Conexos e Domínio Específico. In.: ANDRIOLI, Antonio Inácio (org.). **Universidade pública e popular**: escritos sobre a UFFS. Curitiba: Appris, 2022.



tronco comum como Domínio Comum em nova versão do PPI em 2012, os objetivos dados a essa dimensão curricular permaneceram estruturando o modelo curricular da UFFS.

Quanto ao Domínio Conexo, os pré-projetos pedagógicos dos cursos elaborados preliminarmente pela Comissão de Implantação evidenciam a existência de problemas vinculados à própria concepção. De um lado, a prática da interdisciplinaridade se propunha a exercitar o diálogo e a produção conjunta, o que requer proximidade, inclusive física. De outro, o modelo *multicampi* implantado na instituição se propôs a responder às demandas regionais e não como unidades vocacionadas focadas em alguma área de concentração do conhecimento.

Essa condição fez com que, inicialmente, se buscasse formatar um Domínio Conexo concebido como arranjo interdisciplinar entre áreas do conhecimento envolvendo cursos situados em distintas unidades. O modelo foi aplicado com relativo êxito na organização curricular das licenciaturas, haja vista que compilava as exigências legais compartilhadas pelas licenciaturas, voltadas para a formação pedagógica e que já constituíam uma certa tradição pedagógica. Assim, a proposta apresentada pela Comissão de Implantação era de um domínio conexo compartilhado pelo conjunto dos cursos de licenciaturas da instituição, caracterizando-se como um domínio conexo institucional. Os concursos iniciais selecionaram um quantitativo de docentes para contemplar essa proposição curricular inicial.

Quanto às demais áreas, observou-se uma oscilação entre duas perspectivas distintas de concepção dessa interdisciplinaridade. De um lado, ante a inexistência de cursos afins a uma mesma área, havia uma lacuna nas propostas apresentadas pela Comissão de Implantação, o que fez com que, na finalização das propostas por parte dos docentes contratados no início de 2010, os mesmos fossem desafiados a pensar conexões a partir dos cursos efetivamente existentes nas unidades dos *campi* para fins de cumprimento das exigências vinculadas ao modelo curricular da instituição. Definiram-se, assim, alguns componentes compartilhados, concebidos em torno de algum eixo (saúde, agrárias, ambiente, instrumentação matemática, física, etc.). De outro, nos anos iniciais, houve um esforço em torno da constituição de uma identidade de áreas, a partir do diálogo entre cursos ofertados em diferentes *campi*, envolvendo questões relacionadas ao domínio conexo e específico.

Nas discussões subsequentes, como veremos nos próximos tópicos, prevaleceu a organização do domínio conexo como conexões interdisciplinares que se estabelecem no interior de uma mesma unidade acadêmica, no caso, dos *campi*. No contexto das licenciaturas, por tratar-se de um cumprimento de legislações, foram estabelecidas diretrizes institucionais expressas em resolução específica (RESOLUÇÃO Nº 2/CONSUNI CGAE/UFFS/2017 (ALTE-



RADA, REVOGADA), a partir da qual foram elaboradas as propostas do domínio conexo das licenciaturas de cada unidade. No caso dos bacharelados, observam-se variantes significativas entre áreas e *campi*, algumas com avanços significativos, outras com baixa conectividade.

## 1.2 Implantação do currículo institucional (2010-2011)

Desde 2010, quando iniciaram as atividades acadêmicas da então, nascente, Universidade Federal da Fronteira Sul, a matriz curricular vigente está organizada nos domínios comum, conexo e específico. Por sua vez, esta matriz tem sua gênese e desenvolvimento, no movimento intenso que, não apenas precedeu a criação da UFFS, como a constituiu e constituiu como universidade pública, popular e inclusiva, numa região do país que, historicamente se viu excluída do acesso a esse direito humano básico que a educação superior pública. Nestes termos, como uma utopia mobilizadora, a UFFS, é a esperança ativa gerada na luta corajosa de um coletivo social, o movimento pró-universidade, que, no bojo das contradições dos processos humanos, apara arestas de divergências para mirar no direito à educação, mas não qualquer educação. A favor da educação emancipatória que se conquista pelo acesso ao conhecimento alicerçado na filosofia, na ciência, no belo e na justiça social, como insiste em vários momentos desta trajetória, o professor Dilvo Ristoff, na condição de presidente da comissão de implantação da UFFS. Nascida da luta histórica desse movimento, a UFFS vinha concebida como uma estratégia fundamental de luta por uma sociedade justa, comprometida com a formação do pensamento crítico, criador e socialmente engajado.

Desse compromisso, vão se estruturando as políticas iniciais de acesso à educação superior pública, popular e democrática. Um exemplo desse esforço é a política que inverteu a lógica excludente de acesso da classe trabalhadora do direito à educação superior, materializada no “fator escola pública” no ENEM.

De 2010 a 2012, as vagas foram ofertadas aos interessados que haviam realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Sobre a nota do ENEM, era concedida uma bonificação de 10% para cada ano do ensino médio cursado em escola pública (denominado **Fator Escola Pública**). O objetivo era facilitar aos candidatos que estudaram em escola pública o acesso ao ensino superior gratuito, até então majoritariamente privilégio das parcelas mais favorecidas da sociedade (II COEPE, 2018, p.25, grifo nosso).

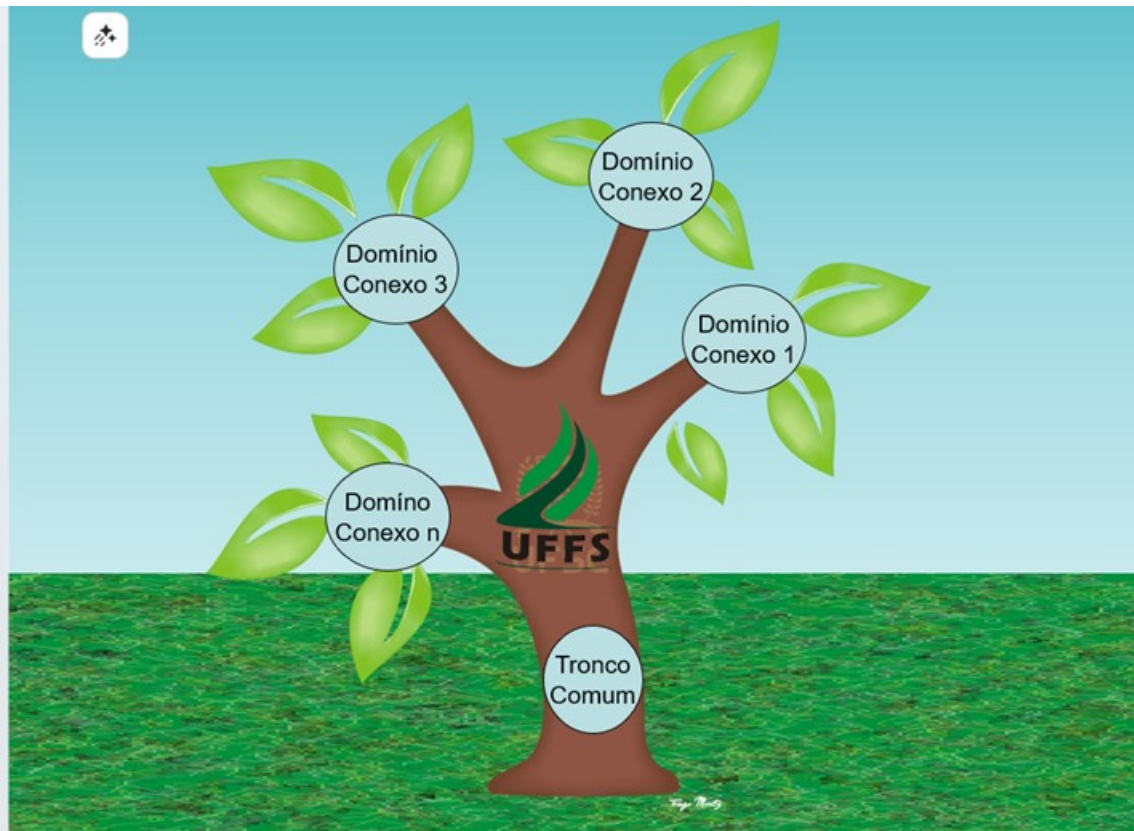
Neste caminhar de escutas, reflexões e proposições de políticas para uma universidade que traz como marca de nascença o compromisso com a ciência, mas também com o belo e o



justo, foram se colocando falas imponentes sobre o que ensinar, como ensinar, para que ensinar, a favor do que e contra o que ensinar. A matriz curricular que orienta nossa ação pedagógica como docentes da UFFS é, antes de tudo, um produto (inacabado) de um movimento intenso materializado num processo amplo que reuniu comissão de criação e movimentos sociais que estão na gênese dessa universidade. É um processo que foi colocando, por meio de falas populares, os elementos centrais tomados como base para a organização da política curricular da UFFS nascente. Uma marca indelével dessas manifestações é o argumento de que a formação humana e científica pretendida pelo movimento pró-universidade não poderia prescindir de uma forte formação crítico-social alcançada pelos/as estudantes da UFFS. Ou seja, os princípios e as diretrizes que passaram a dar sentido à universidade nascente precisavam de uma forma que pudesse constituir e materializar os processos educativos e garantir a concepção formativa projetada. Essa formação traduziria o perfil de egresso capaz de compreender profundamente o saber de sua área e de como esse saber contribui para uma sociedade justa, fraterna, inclusiva, alinhada a um processo educativo capaz de

Formar um egresso que compreenda os fenômenos sociais em sua relação com o contexto histórico mais amplo, não como dados naturais, mas como construtos humanos, produzidos social e historicamente. Um sujeito que se sensibilize com as questões sociais do seu tempo e se solidarize e comprometa com a construção de novas relações sociais e de melhores condições de vida para as populações (I COEPE, 2010, p. 28).

Assim, todo o percurso formativo, ancorado na articulação e indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, seria voltado para a formação do espírito acadêmico humanista, investigativo, inquiridor, criador, mas também cuidadoso, ciente dos sentidos de sua ação profissional no mundo e respeitoso da vida em toda a sua diversidade. É dessa escuta atenta e reflexiva que tem origem, não sem conflitos e disputas, o que se configurou como o **Domínio Comum, o Domínio Conexo e o Domínio Específico** como política curricular da UFFS. De modo particular, é o Domínio Comum, concebido institucionalmente como eixo formativo, que tem definido o perfil acadêmico desta universidade. Esta proposta de eixo parece estar presente na figura abaixo, em uma primeira imagem do que viria a ser a proposta curricular da UFFS:



Fonte: PPI UFFS. Disponível em: [http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page\\_id=83](http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page_id=83).

No processo de discussões, debates e embates, o tronco comum, que seria o eixo articulador de partes iguais (domínios conexo e específico), virou domínio comum compreendido com um rol de conteúdos organizados na forma de disciplinas fixas e obrigatórias a todos/as os estudantes, independente de sua condição social, afetivo-cognitiva-volitiva, linguística etc. Aqui, talvez, residam alguns dos maiores limites do Domínio Comum e que faz dele um espaço de materialização de contradições importantes, ao contemplar um modelo de universidade que:

- Assume a inclusão como princípio, ancorada numa lógica curricular que, ao fim e ao cabo, considera que todos/as aprendem e se desenvolvem do mesmo jeito e ao mesmo tempo.
- Compreende as linhas limítrofes impostas pela desigualdade social e de oportunidades, busca valorizar os saberes históricos e científicos a que tem direito a classe trabalhadora, mas parte do pressuposto que esta mesma classe tem dificuldades em responder à apreensão dos conhecimentos científicos considerados necessários e consagrados pela tradição acadêmica.
- Reconhece-se como democrática, popular e inclusiva e, ao mesmo tempo compreende a necessidade de diálogos de saberes entre a comunidade/sociedade e a universidade,



mas fixa conteúdos em todos os currículos dos cursos de graduação, freando em alguma medida, as possibilidades desse movimento.

- Estabelece um campo de conhecimentos de Domínio Comum, mas acaba desenvolvendo uma gestão do comum que não comunga, uma vez que a oferta se dá por curso e não por campus.

Essas e outras contradições precisam ser olhadas de frente. Com o cuidado e o respeito ao processo construído e que serviu de base para a implementação e o desenvolvimento de uma política pedagógica que, em pese os limites, nos ancorou e nos ancora até hoje. Esta proposta curricular, sistematizada no diálogo entre a comissão de implantação e os movimentos sociais pró-universidade, representou no período um avanço importante e possibilitou a organização tanto dos primeiros concursos para professores e técnicos, quanto a estruturação pedagógica para o ajuste de horários e distribuição dos CCRs para as primeiras matrículas de estudantes.

Seguramente, há 16 anos atrás, também os desafios e as angústias que se apresentaram para aquelas equipes de trabalho, eram outros. Também, vale destacar, que essa formatação curricular foi concebida em um contexto de projeção de uma instituição onde as organizações e movimentos sociais buscaram registrar os seus anseios históricos, tanto em sua forma, quanto em seu conteúdo.

### **1.3 Reformulação dos Domínios Formativos (2012)**

Conforme o documento base da 1ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (CO-EPE), realizada em 2010, a flexibilização curricular, traduzida na organização em três domínios formativos, orientava a construção das matrizes dos cursos pela “variedade de componentes curriculares e de atividades formativas, e mediada por uma tensão permanente entre educação geral e educação especializada” (UFFS, 2010, p.28). Neste sentido, o Domínio Comum caracterizava-se como um conjunto de disciplinas obrigatórias em todos os cursos da UFFS cujo objetivo consistia em “proporcionar aos estudantes a apropriação de conhecimentos científicos que promovam o seu desenvolvimento enquanto seres humanos capazes de intervir ativa e criticamente em qualquer contexto ou atividade sócio-profissional” (UFFS, 2010, p.28). A presença das disciplinas do Domínio Comum em todos os currículos aparece justificada na obra organizada por José Augusto Pacheco (2000), partindo da compreensão de que a escola pública – e, por extensão, a educação pública de forma geral – deve expressar



*argumentos democráticos e justiça curricular*, que minimize as desigualdades presentes nos percursos de escolarização dos alunos em uma abordagem que se pretenda contra-hegemônica.

Essa configuração foi vigente nos três primeiros anos da instituição na construção e reformulação de PPCs, sendo alterada no ano de 2012, motivada pelas demandas dos *campi* da instituição levadas à Diretoria de Organização Pedagógica nos anos de 2011 e 2012. A necessidade em discutir a estrutura curricular da UFFS é expressa também no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente entre 2012 e 2018, que estabeleceu entre as metas para o fomento das ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação para o ano de 2012 “a reestruturação e consolidação da matriz institucional (Domínio Comum, Conexo e Específico)” (UFFS, 2012, p.56). Como resultado das discussões realizadas entre junho e setembro de 2012, o Domínio Comum passou a ser definido em dois eixos formativos, incluídos posteriormente no Regimento Geral da Universidade Federal da Fronteira Sul (2016):

- a) a contextualização acadêmica: desenvolver habilidades e competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional;
- b) a formação crítico social: desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos<sup>67</sup>.

Dessa forma, o Grupo de Trabalho constituído na ocasião revisou e propôs alterações no conjunto de componentes curriculares do Domínio Comum, que passou a adotar um modelo flexível, com ementário amplo e elegível a ser definido no âmbito de cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC). A partir desta reformulação, foi definido que todos os cursos de graduação da UFFS adotariam o mínimo de 420 horas e o máximo de 660 horas do conjunto de componentes curriculares que constituem o Domínio Comum, de modo que cada curso deveria, obrigatoriamente, respeitar a destinação de, no mínimo, 40% de sua carga horária para cada um dos Eixos de Formação. As decisões definidas pela Comissão de Ajustes do Domínio Comum foram referendadas no Regulamento de Graduação (Resolução nº 4/CONSUNI/

---

6UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Domínio Comum: síntese e resultados das discussões. Chapecó, setembro de 2012. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/projetos-pedagogicos/dominios> Acesso em 10 fev 2023.

7RESOLUÇÃO Nº 3/CONSUNI/2016 – Regimento Geral da Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016. Disponível em: [https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/regimento\\_geral](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/regimento_geral) Acesso em 04 abr. 2023.



CGRAD/UFFS/2014) e mantidas nas versões seguintes, sendo o modelo vigente até o momento atual (Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022).

Quanto ao Domínio Conexo, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) de 2012 fazia referência à formação interdisciplinar e o define como “conjunto de disciplinas que se situam em espaço de interface de vários cursos, sem, no entanto, poderem ser caracterizadas como exclusivas de um ou de outro<sup>8</sup>”. As discussões e deliberações organizadas pela Prograd/DOP em 2012 culminaram na realização de um seminário institucional envolvendo a participação de representantes dos diferentes *campi*. Seus resultados foram incorporados à redação da primeira versão institucional do Regimento Geral da UFFS de 2016, em seu Artigo 50, parágrafo segundo, encontramos uma nova definição, expressa nos seguintes termos: “Entende-se por Domínio Conexo o conjunto de componentes curriculares situados na interface entre áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada campus<sup>9</sup>”. Também no Regulamento de Graduação, atualizado em 2014, observa-se a incorporação da substituição do termo “Disciplina” constante na versão inicial do PPI por “Componente Curricular” e a organização da oferta em nível de *Campus* universitário. Segundo o documento:

Entende-se por Domínio Conexo o conjunto de componentes curriculares que envolvem conteúdos pertencentes a áreas do conhecimento objetos de estudos em mais de um curso, referentes à formação científica e/ou profissional e que possibilitam o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, organizado em cada campus<sup>10</sup>.

Apesar dessas alterações, é preciso considerar que, no âmbito do Domínio Conexo, a interdisciplinaridade foi pensada na oferta dos componentes curriculares de diferentes cursos. E esta condição limítrofe se ampara na própria estrutura curricular, concebida, inicialmente, para o âmbito do ensino. Com a ampliação das atividades de pesquisa e com a implantação da política de curricularização da extensão, surgem, assim, novos desafios, que ampliam as demandas pela interdisciplinaridade.

8PDI 2012-2018, pp.14-65. Disponível em: [https://site-antigo-2025.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/plano\\_de\\_desenvolvimento\\_institucional/planos-antiores](https://site-antigo-2025.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional/planos-antiores)

9Resolução nº 3/2016-CONSUNI, de 1º/03/2016.

10Resolução 04/CONSUNI CGRAD/UFFS/2014 – alterada.



## 1.4 Reflexões e demandas acumuladas (2013-2025)

A partir da reformulação curricular de 2012, ainda foi deliberada a constituição do Fórum Permanente do Domínio Comum, a ser composto por representantes de área do núcleo do Domínio Comum de cada *campus*, cujos coordenadores eleitos passam a compor uma equipe estratégica com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), responsável pela coordenação dos trabalhos. O planejamento proposto para o Fórum, conforme as indicações elaboradas pela Comissão de Ajustes do Domínio Comum em 2012, define os seguintes tópicos a serem explorados: *O Domínio Comum na UFFS; Currículo na Universidade Popular; Universidade Popular; Metodologia no Domínio Comum*. A necessidade de manter uma avaliação contínua sobre a estrutura curricular adotada pela UFFS é corroborada pela inclusão, desde 2014, no Regulamento de Graduação, quando passa a incluir, entre os objetivos da graduação, “promover a integração curricular entre os domínios comum, conexo e específico na organização e desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos”. A reflexão que orienta essa percepção é expressa no texto final da II COEPE, realizada em 2018, entre os desafios vinculados ao processo de implantação da Universidade:

A estrutura curricular proposta pela UFFS - os domínios formativos: O projeto institucional estabelece uma organização curricular baseada em três domínios formativos, cujas atribuições se complementam entre si, articulando formação humana, cidadã e profissional. Contudo, na implantação da proposta curricular, observa-se a existência de grandes dificuldades e até de resistências, pois há casos em que os domínios comum e conexo são tratados como meros “anexos” aos cursos e até posicionamentos de docentes e/ou coletivos contrários à sua presença, apoiados na lógica da profissionalização.

Contudo, o conhecimento crítico da realidade, enquanto leitura de mundo, bem como a intervenção qualificada e emancipatória, pressupõem uma integração dos três domínios formativos. A discussão do currículo constitui, ainda, um grande desafio (UFFS, 2018, pp.110-111).

No ano seguinte é aprovado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), que dedica uma seção à Organização Curricular Institucional<sup>11</sup> no capítulo do Projeto Político Institucional (PPI). Neste texto, são abordadas concepções e expectativas sobre currículos a partir da perspectiva de José Gimeno Sacristán (1999, 2000)<sup>12</sup> e de Tomaz Tadeu da Silva (2005)<sup>13</sup>. A UFFS então reafirma a proposta em conceber um currículo que seja inclusivo e comprometido com a superação da matriz produtiva hegemônica, sendo um dos parâme-

11PDI 2019-2023: 3.4 Organização Curricular Institucional (pp.66-70).

12SACRISTÁN, J.G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre, RS: Artmed, 1999; **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

13SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.



tros indicados a estrutura curricular em domínios formativos, integrados entre si, na organização de seus projetos formativos. Ao considerar, porém, a estrutura curricular da UFFS em domínios formativos, o documento pouco avança, replicando a descrição de cada domínio e sobre os dois eixos do Domínio Comum. A perspectiva de integração entre os domínios formativos aparece, mais recentemente, na última versão do Regulamento de Graduação (Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022), designada entre os objetivos da graduação: “promover a integração curricular entre os domínios Comum, Conexo e Específico na organização e no desenvolvimento dos projetos pedagógicos de cursos”.

Cumpré destacar que a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Contínua de Professores da Educação Básica (Resolução nº 2/CONSUNI CGAE/UFFS/2017), ainda que se dirija apenas aos cursos de licenciatura da instituição (47,62% dos atuais cursos de graduação)<sup>14</sup>, incorpora afirmações e encaminhamentos sobre o Domínio Comum não observadas em outros documentos da instituição. Além de afirmar que o currículo como produto e processo histórico contempla a integração dos domínios formativos na organização dos projetos formativos (Art. 5º, V), o Artigo 7º indica, entre outros aspectos, que a formação integral e a processualidade dialógica na organização pedagógica compreende:

II - A orientação das atividades visando promover a formação do ser humano integral (geral e específica), contraposta aos processos fragmentadores da produção de conhecimento, através da articulação das dimensões do currículo (Domínio Comum, Conexo e Específico), capaz de pensar e atuar criticamente na sociedade, de forma criativa, propositiva e consciente das razões de ser de sua prática profissional, pessoal, social e política, em termos técnicos, éticos e estéticos;

A disposição em domínios, portanto, é o meio pelo qual a organização curricular da UFFS propõe-se a contrapor aos processos fragmentadores da produção de conhecimento, indicando um caráter interdisciplinar ou transdisciplinar do processo de formação acadêmica. Essa compreensão se manifesta mais adiante no documento, em seção intitulada “O Domínio Comum na Formação de Professores” quando registra, no Artigo 15, que “a oferta dos componentes curriculares do Domínio Comum será feita, por *campus*, de forma a possibilitar a integração dos estudantes de diferentes áreas de formação”. Nesta concepção, a Política para os cursos de formação de professores parece sugerir que esses componentes curriculares não sejam ofertados por curso, mas adotem propositadamente um caráter multidisciplinar ao acolher estudantes dos diferentes cursos, que poderiam abordar problemas em comum sob diferentes perspectivas de formação. Contudo, a seção é breve e apenas inclui a descrição da organiza-

<sup>14</sup>Com a criação dos novos cursos de bacharelado, a composição em 2026/1 é: 30 licenciaturas e 33 bacharelados.



ção dos domínios formativos e dos dois eixos do Domínio Comum. Também não se observam mudanças na oferta dos Componentes Curriculares do Domínio Comum a partir dessa Resolução.

Como aspecto residual das alterações de redação nos diferentes documentos sobre a estrutura curricular e o Domínio Comum, chama a atenção o texto de apresentação do PPI no antigo site da universidade vigente até 2025<sup>15</sup>, onde são elencadas três finalidades atribuídas ao Domínio Comum. Esses objetivos correspondem textualmente às finalidades atribuídas ao Tronco Comum na primeira versão do PPI da UFFS, já citadas anteriormente, exceto por estarem dispostas em três tópicos em vez de dois. É residual pois segue descrevendo o Domínio Comum em canal institucional, ainda que corresponda à concepção do antigo Tronco Comum<sup>16</sup>, e jamais retomada em quaisquer outros documentos.

Quanto ao Domínio Conexo, destaque-se a retomada das discussões no âmbito das Licenciaturas, motivada pela publicação de novas diretrizes curriculares para as licenciaturas (Resolução CNE/CEB Nº 02/2015). Estas alterações foram incorporadas pela Conferência das Licenciaturas, que resultou na publicação da Resolução Nº 02/CONSUNI CGAE/UFFS/2017). As deliberações indicaram a definição de um Domínio Conexo entre as licenciaturas, concebido como:

conjunto de saberes que conectam os cursos de licenciaturas e que envolvem a compreensão e a interação com a instituição escolar, os processos de gestão e coordenação da educação, coordenação pedagógica e de ensino e aprendizagem, as políticas públicas de educação, diversidade e inclusão, o conhecimento dos sujeitos da aprendizagem, as didáticas e metodologias de ensino, as atividades de estágio e a pesquisa educacional<sup>17</sup>.

Considere-se, por fim, que recentemente tem sido pautada a atenção ao Domínio Comum diante da necessidade de revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso para previsão da curricularização da extensão. O Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014), amparado na Emenda Constitucional nº 59/2009, estabeleceu vinte metas cujos objetivos têm em vista a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a melhoria da qualidade do ensino; a formação para o trabalho; a promoção humanística, científica e tecnológica do País e o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

<sup>15</sup>PPI sem data. Disponível em: [https://site-antigo-2025.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/plano\\_pedagogico\\_institucional](https://site-antigo-2025.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_pedagogico_institucional)

<sup>16</sup>PPI 2010 [http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page\\_id=83](http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page_id=83)

<sup>17</sup>Resolução Nº 2/CONSUNI CGAE/UFFS/2017 (Alterada, Revogada). Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2017-0002>.



Como ação convergente para as iniciativas voltadas ao aumento da ocupação de vagas no ensino superior público entre os jovens, é incluída como desdobramento da Meta 12 a proposta de “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Meta 12.7). Deriva, portanto, dessa orientação, a publicação das Diretrizes da Extensão na Educação Superior (Resolução nº 7/MEC/CNE/CES/2018) que passa a adotar a curricularização da extensão nos cursos de Ensino Superior com definição mínima da carga horária estabelecida proporcionalmente em cada curso de graduação.

Entre as finalidades do Ensino Superior, está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996, Art.43) o compromisso em “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Contudo, a extensão, afirmada como parte fundamental do tripé que sustenta a ideia de universidade, junto com o ensino e a pesquisa, não costuma ser beneficiada com o mesmo prestígio (PDI UFFS, 2019, p.92).

Para efeito do cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), as instituições devem incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) uma concepção de extensão que se ajuste aos princípios estabelecidos na Resolução nº 7/MEC/CNE/CES/2018 a ser aplicado na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores. Além disso, o PDI da UFFS precisaria expressar as estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão, as modalidades de atividades de extensão que serão desenvolvidas, a política de implantação do processo autoavaliativo da extensão e a previsão e as estratégias de financiamento das atividades de extensão para atender.

Desde que iniciados os debates no âmbito da UFFS sobre o processo de curricularização da extensão, a Pró-Reitoria de Graduação e demais instâncias administrativas têm sido questionadas sobre como a universidade trataria os Domínios Curriculares no processo de reformulação dos PPCs. Uma vez que a exigência dos 10% de extensão recai sobre a carga horária total do curso de graduação, caberia à instituição produzir um entendimento sobre a distribuição desse percentual a cada um dos domínios formativos. Com base na Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, a respeito das Diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da UFFS, a discussão não parece ter avançado neste respeito.



Torna-se, necessário, portanto, revisar a proposta do Domínio Comum da instituição, a partir dos balanços já realizados e dos mais de dez anos passados desde a última revisão. Trata-se, fundamentalmente, de promover reflexões junto à comunidade acadêmica sobre os aspectos positivos e negativos para, quiçá, vir a fortalecer os objetivos previstos no PPI, fortalecer a integração entre os domínios formativos, assumir uma posição institucional sobre o papel dos domínios formativos a respeito do processo de curricularização da extensão e adequar-se às novas demandas impostas nesta etapa de consolidação da UFFS.

## 1.5 Concepções do Projeto Pedagógico Institucional (2024-2025)

O primeiro Projeto Pedagógico Institucional (PPI), de 2010, foi concebido no contexto das discussões e da luta em favor da implantação de uma universidade pública na grande fronteira do Mercosul. No seu conjunto, os princípios nele enunciados expressam um compromisso histórico com a construção de um projeto formativo vinculado ao avanço da democratização da sociedade brasileira, tendo por foco o ensino superior público e sua inserção em contextos regionais historicamente não contemplados. Para fins da análise da proposta curricular da instituição, é possível enfatizarmos três aspectos, que proporcionam uma melhor visualização de seus sentidos e uma avaliação de sua pertinência na atualidade, tendo em vista a consolidação de seu fim último, expresso no 9º princípio, visando a “garantia de uma universidade pública e popular”.

**Uma universidade socialmente referendada:** diversos princípios se ocupam diretamente com o fazer da universidade. No seu conjunto, eles se contrapõem ao academicismo histórico decorrente da reforma universitária do período militar e à mercantilização da universidade, de cunho neoliberal, que lhe sucede no contexto mais recente. No âmbito dos princípios, essa preocupação se expressa no desejo de integração entre ensino, pesquisa e extensão e na referência formativa sócio-histórica e crítica, que aparecem como princípios primeiros e no fechamento do conjunto dos princípios (princípios 1, 2, 4 e 10):

1. Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento simultâneo do ensino, da pesquisa e da extensão;
2. Integração orgânica das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a origem da Instituição;
4. Qualidade comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País;



10. Comprometimento com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos.

**Uma universidade democrática/inclusiva e antielitista:** diversos princípios expressam a preocupação com a inclusão social, envolvendo acesso e permanência de diferentes públicos, o respeito à diversidade e à pluralidade, em que o propósito democratizante se destaca por meio da adjetivação da universidade pública, acrescentando-lhe o termo “popular” (princípios 5, 6 e 9):

5. Democracia e autonomia, que respeitem a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
6. Combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade;
9. Garantia de uma universidade pública e popular.

**Uma universidade comprometida com os desafios histórico-regionais:** o diálogo com a agricultura familiar e o reconhecimento das mudanças vinculadas às transformações econômicas e tecnológicas, complementado pela importância conferida à universalização da Educação Básica para o enfrentamento das desigualdades sociais emergentes, o que requer a formação de professores nas diferentes áreas e em número suficiente. Tais preocupações são contempladas em diversos princípios, que projetam o diálogo da universidade com a sociedade e exibem o compromisso com a promoção de perspectivas para o conjunto da população (princípios 3, 7 e 8):

3. Atendimento às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, cujo principal objetivo é coordenar os esforços de todos os entes federados no sentido de assegurar a formação de docentes para a educação básica em número suficiente e com qualidade adequada;
7. Confiança na agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento;
8. Valorização e superação da matriz produtiva existente como premissa.

Na apresentação da proposta do PPI, esse conjunto de princípios é acompanhado de uma proposta de estrutura curricular, que busca dar forma às atividades de ensino, contemplando preocupações associadas à inserção acadêmica de distintos sujeitos no contexto da universidade e à formação humana/cidadã (Domínio Comum), o desenvolvimento da interdisciplinaridade entre áreas do conhecimento (Domínio Conexo) e a formação profissional nas áreas específicas (Domínio Específico), articuladas entre si. Assim, o processo de análise,



avaliação e reconstrução da proposta curricular da instituição pressupõe o diálogo profícuo com os princípios institucionais, sem perder de vista seus fins últimos.

Ao olharmos para o desenvolvimento das atividades curriculares ao longo desses 16 anos de vida institucional, observamos, entre outras questões, a emergência de uma crescente importância assumida frente a diversidade e aos processos de inclusão no âmbito do ensino, das atividades de pesquisa, de extensão e de cultura e de uma maior integração entre o conjunto das atividades curriculares. Para além dessas questões, novas áreas do conhecimento ganharam relevância institucional e novas temáticas de cunho interdisciplinar desafiam a integração no âmbito dos campi e as perspectivas *intercampi* potencializadas pela presença das novas tecnologias. Finalmente, novos atores, novas tecnologias, novos contextos societários nos desafiam a retomar e aprofundar o projeto formativo da instituição e, junto com ele, a sua organização curricular.

Ao enunciar sua missão no item “Princípios, Finalidade e Objetivos Institucionais”, o texto do PDI (2025-2023)<sup>18</sup>, retoma e sistematiza os princípios institucionais, conferindo-lhe atualidade. Conforme este documento, a missão institucional é designada da seguinte forma:

A UFFS se posiciona como um agente de transformação, que visa à formação de indivíduos mais conscientes e comprometidos com o bem-estar de todos. Neste sentido, a missão da UFFS, como universidade pública e popular, é de promover: a justiça social; a inclusão; o respeito à diversidade humana; o desenvolvimento artístico e cultural; o desenvolvimento socioambiental sustentável; o desenvolvimento científico-tecnológico inovador para consolidar uma sociedade justa, com igualdade e equidade.

A UFFS se propõe, como visão de futuro, ser reconhecida como instituição de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, comprometida com o desenvolvimento sustentável e inovador, na comunidade regional, no cenário nacional e internacional.

Por meio de uma abordagem socialmente referenciada, a UFFS busca construir e disseminar conhecimentos universais que promovam o desenvolvimento humano integral por meio da ciência, da cultura, da ética e da estética. Nesta perspectiva, os projetos pedagógicos dos cursos da instituição estão pautados nos seguintes princípios:

I - Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento concomitante do ensino, da pesquisa e da extensão;

II - Integração orgânica das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

III - Universidade de qualidade comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da região e do país;

IV - Universidade democrática, autônoma, que respeita a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.

V - Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, 36 incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade.



- VI - Uma Universidade que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento;
- VII - Uma universidade que tenha como premissa a valorização da economia solidária, o cooperativismo para superação da matriz produtiva existente;
- VIII - Uma universidade pública e popular inspirada nos princípios da Educação Popular, incorporando e dialogando com os saberes e as práticas dos movimentos sociais, das diferentes comunidades e povos que constituem o seu entorno;
- IX - Uma universidade comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos.
- X - Currículo fundamentado na tradição científica e na cultura popular, para que os estudantes possam assumir o protagonismo dos processos investigativos, o rigor científico e o compromisso ético, estético e político do conhecimento.



## 2 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A FORMAÇÃO SUPERIOR

O ponto nodal e de partida, que articula e sintetiza os desafios para a formação superior na contemporaneidade, está em garantir a compreensão das formas de produção e reprodução da vida material e social, e, por conseguinte, das formas de produção dos saberes e dos conhecimentos científicos. Ou seja, o conhecimento é produzido socialmente, e sua apropriação pelo conjunto dos indivíduos permite avanços significativos, tanto para o modo de produção, quanto para o modo de vida social. Dessa forma, é necessário que seja socializado (transmitido) às novas gerações, sendo, portanto, a educação uma das mediações práticas fundamentais. Como destaca Demerval Saviani:

A educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática global (Saviani, 2008, p. 422)<sup>19</sup>.

Podemos entender que a intencionalidade que se sintetiza no currículo institucional, além de ser um campo de disputas, demarca o sentido da atividade e a expressão das formas de organizar as relações pedagógicas, as ações e operações contidas no processo de ensino, pesquisa e extensão e cultura, orientadas ao objeto-motivo e ao devir histórico de antemão projetados. Tal estruturação permite deixar claro e evidente a concepção de formação humana institucional, e que, uma vez pensados e analisados os elementos principiológicos e constitutivos que lhes dão sentido - originários das experiências sociais e humanas - possam ser reproduzidos, socializados. Conforme José Carlos Libâneo:

Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepará-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social (Libâneo, 2013, p. 15)<sup>20</sup>.

Nesse sentido, o projeto pedagógico institucional, que se materializa através dos processos mediadores instituídos em seu currículo, provém os indivíduos e seres sociais de conhecimentos científicos e experiências culturais que os tornam aptos (cientificamente, instru-

19SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

20LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.



mentalmente, humanamente) a atuar no meio social e nas condições materiais, e, portanto, aptos em sua *práxis*, para transformar a realidade em função de necessidades econômicas, políticas, sociais, tendo como referência o interesse da coletividade.

Abrir os primeiros caminhos e pôr em pé uma universidade da classe trabalhadora foi e é uma tarefa hercúlea assumida a muitas mãos e cérebros com suas histórias, trajetórias e marcas. Obviamente que naquele momento histórico as vozes e anseios da comunidade regional ecoavam de maneira mais determinante, tendo em vista que a comunidade acadêmica ainda estava por se constituir. As condições objetivas para avaliar a proposta de currículo daí advinda, foi se dando a partir do processo de sua implementação e a partir da ampliação da comunidade acadêmica.

É sobre os ombros desses gigantes que nos antecederam que hoje nos apoiamos para fazer frente a outros grandes desafios que se apresentam para a discussão para a revisão do currículo institucional da UFFS:

- Avaliar o currículo institucional vigente, tendo por base os princípios e os objetivos institucionais, o mundo do trabalho e o contexto sócio-histórico atual;
- Implementar uma metodologia de colaboração que envolva toda a comunidade acadêmica e em diálogo com os novos atores da comunidade universitária, com momentos deliberativos sobre a reorganização curricular que poderá se consolidar na UFFS;
- Considerar o impacto de uma reforma curricular na distribuição de componentes curriculares e a respectiva carga horária entre os professores por campus.
- Conectar as discussões sobre ingresso, formação, inclusão, permanência e currículo, reconhecendo as temporalidades acadêmicas e as temporalidades étnico-culturais, cognitivas, de aprender e desenvolver, e garantindo o respeito à diversidade no espaço da Universidade e a reflexão sobre as diferenças econômicas, sociais e culturais no âmbito da organização curricular.
- Construir pontes de confluência entre o currículo, mundo do trabalho e os estudantes, na perspectiva da democracia cognitiva na UFFS, assumindo institucionalmente a responsabilidade por criar condições de acesso ao conhecimento acadêmico como política de permanência;
- Atuar na perspectiva de um currículo integrado e integrador que realize a articulação entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura; entre os saberes científicos e populares; entre a teoria e a prática; entre a graduação e a pós-graduação; entre a Educação Básica e o Ensino Superior, entre a internacionalização e a interiorização.



- Consolidar uma universidade popular, democrática e inclusiva, comprometida com a qualidade da educação superior ofertada à classe trabalhadora.
- Formar profissionais com competência técnica, capacidade reflexiva e crítica, com compromisso político, conduta alinhada à atuação cidadã responsável, capacidade de liderança, autonomia intelectual e espírito investigativo, crítico e criativo, atuando na perspectiva de desenvolvimento social sustentável e solidário, livre de qualquer forma de preconceito e/ou discriminação.
- Atualizar-se sobre o impacto das mudanças radicais nas bases técnicas de produção, nas relações de trabalho e no mundo do trabalho.
- Acompanhar as transformações nos modos de comunicação e informação e os desafios da vida a distância, da EaD à inteligência artificial.
- Contemplar os impactos culturais, políticos e psico-sociais relacionados a um mundo globalmente competitivo, que impõe adaptações irrestritas e gera incertezas, inseguranças e ameaça de exclusão.
- Propiciar a reflexão crítica sobre o lugar e o sentido da formação em nível superior no contexto da cultura tecnológica e pragmática, que desvaloriza os diplomas acadêmicos.
- Afirmar o papel transformador da formação superior num contexto de crise civilizatória, que naturaliza a competição e normaliza a exclusão social;
- Ampliar as possibilidades de colaboração científica através da internacionalização, estabelecendo diálogos com universidades de outros países para compartilhar saberes e fomentando o contato com outras línguas, outras manifestações culturais, o intercâmbio de estudantes e a dupla diplomação.
- Estimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico na formação profissional para a criação de projetos colaborativos que priorizem soluções empreendedoras, tecnologicamente acessíveis e sustentáveis para desafios sociais e comunitários.
- Contemplar os Direitos Humanos, as Relações Étnico-Raciais, a Educação Ambiental e o ensino de LIBRAS na organização curricular, não apenas por serem exigências legais, mas fundamentalmente porque abordam aspectos da vida universitária que marcam, de maneira significativa, a nossa identidade institucional.

Esses são alguns elementos da contemporaneidade que nos forçam a nos ver e rever, a repensar e a propor outros caminhos para o currículo da UFFS.



## 3. PRESSUPOSTOS E PRINCÍPIOS PARA UM CURRÍCULO EM CONSTRUÇÃO

### 3.1 Pressupostos

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos [...] Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo (Apple, 1994, p. 59)<sup>21</sup>.

O excerto acima, como tudo o que é humano, é uma escolha política, dirigida e intencional para iniciar a reflexão sobre o desafio de pensar e propor uma organização curricular que, no contexto histórico da UFFS, acolha e incorpore os princípios institucionais inerentes à organização curricular vigente e abra novos caminhos na perspectiva de superação de demandas e desafios emergentes que se foram impondo ao longo desses dezesseis anos de trajetória. A construção do currículo revela aquilo que se concebe sobre universo, ser humano, sociedade, cultura, educação, ensino, aprendizagem etc. O que em grande medida evidencia o currículo como uma construção contínua, não retilínea, mas dialética. Um movimento humano, com toda a complexidade histórico-cultural que isso implica: tensões, escolhas, conflitos, diálogos. Não se define ou se propõe um percurso formativo sem justificá-lo mediante um contexto histórico, político, econômico, cultural.

O currículo, nestes termos, é movimento histórico-dialético e, como tal, ele o é “em relação”, em disputas e em contradição. Requer respostas a desafios contemporâneos que são também construções do gênero humano. Saber que no currículo há silêncios, ausências e visões tendenciosas da realidade é um primeiro passo necessário para empreender um processo de mudança que leve ao estabelecimento de novos projetos curriculares inclusivos que levam em conta a experiência humana em todas as suas diversidades, como patrimônio insubstituível para nos integrar no mundo de hoje e no de amanhã. Martins (2021)<sup>22</sup>, ao pensar o ensino como atividade deliberada, trata da humanidade que resultam das realizações humanas. E há nisso uma enorme complexidade que impõe conceber o ensino para além das tradicionais formas que se constituíram hegemônicas ao longo da história.

21APPLE, M. W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (org.).  **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

22MARTINS, Lígia Márcia. Escola e Conhecimento. **Revista GESTO-Debate**, [S. l.], v. 21, n. 01-12, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/gestodebate/article/view/17116>. Acesso em: 6 abr. 2026.



Nessa direção, a compreensão sobre currículo se afasta da tradicional preocupação com questões organizacionais e assume uma visão de currículo como construção que envolve conhecimento, poder e cultura, e por isso, não é desinteressado tampouco neutro. As escolhas sobre o conhecimento - ou seja, “o quê?” e “por quê?” - resultam de questões de poder: “por que esse conhecimento e não outro? Quais interesses fazem com que esse conhecimento e não outro esteja no currículo?” (Silva, 2017, p. 16)<sup>23</sup>. Frequentemente, quando pensamos no currículo, preocupamo-nos apenas com o conhecimento, e esquecemos que ele está intrinsecamente relacionado com identidade e subjetividade, naquilo que nos tornamos. Portanto, a pergunta que se faz é: qual é o tipo de ser humano desejável para nossa sociedade? (Silva, 2027). Por isso, o currículo, como conjunto de todas as ações formativas acadêmicas que se articulam no tripé ensino-pesquisa-extensão, estão imbricadas na cultura e na diversidade humana.

Neste sentido, o currículo, parafraseando Paulo Freire (1987)<sup>24</sup>, é um lugar plural e de promoção da “assunção do Outro” na direção de “Ser Mais”. Implica, pois, necessariamente, o esforço de superar as concepções positivistas de ciência e de reconhecer outras epistemologias inerentes aos diferentes povos que compõem o gênero humano. Mais além, requer o diálogo entre as formas de fazer ciência historicamente hegemônicas no âmbito da educação superior e outros jeitos de apreender, compreender, explicar o mundo, reconhecendo-os como ciência. Trata-se de caminhar para a ruptura da suposta verdade instituída e instituinte do pensamento colonizador.

É nesta direção, em que pesem os desafios do caminho, que se esforça a proposta formativa da UFFS desde sua gênese. Assumindo o compromisso com uma formação humana inclusiva, para além das demandas do mercado liberal e de tecnicismos esvaziados de leitura do mundo.

Ao contemplarmos os argumentos sustentados pelos movimentos sociais que deram origem à UFFS, a formação humana preconizada requer observar que, por exemplo, não basta formar a habilidade de um profissional. É imperioso que esse profissional compreenda, reconheça que esse instrumento opera um corpo que tem história, que significa a vida mediada pelo lugar social que ocupa e pela cultura da qual é parte e todo. É por isso que, para um percurso formativo humanista, é imprescindível o contato com o pensamento filosófico, antropo-

---

23SILVA, Tomaz T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

24FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



lógico, sócio-histórico e psicológico. Essa é, em linhas gerais, a grande tarefa que se coloca para se repensar e propor diretrizes ou pressupostos para uma política curricular da UFFS. Implica destrinchar esses conceitos no âmbito da educação superior em uma universidade pública que se assume, principalmente, como popular, inclusiva e democrática. Que almeja um perfil de egresso condizente com os saberes inerentes à profissão escolhida, mas também, imbuído de espírito ético, estético e socialmente comprometido com o desenvolvimento da humanidade para um mundo de justiça social e ambientalmente sustentável.

Esta concepção integral do indivíduo é ressaltada por Marinsalta (2010)<sup>25</sup>, para quem o currículo é um processo em constante construção, que permanece aberto ao debate crítico e organiza práticas a serem implementadas no âmbito educacional. Além disso, para concretizá-lo como um motor transformador desta realidade, ele deve contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo e da comunidade, em um contexto histórico específico.

Por sua vez, a UFFS pública, popular, inclusiva e democrática situa-se como o conjunto de instituições de educação superior espalhadas pelo mundo, no terreno movediço da realidade social, cultural, política, econômica da contemporaneidade e no epicentro das contraditórias crises humanitárias e ambientais do seu tempo, que é fruto de outros tempos e que demanda pensar e propor saídas para os tempos de agora e para os vindouros. Esses elementos iniciais sinalizam, ao menos em parte, a complexidade em que se insere uma política de ensino para a educação superior. Frente ao que, ousamos provocar algumas reflexões conceituais e, quiçá, operacionais, para, no escopo dos fundamentos e princípios orientadores da UFFS, alicerçar o ensino, articulado à pesquisa e à extensão, na Filosofia, na Ciência e na Arte como pressupostos basilares de uma formação profissional humana e humanizadora.

Em 2010, quando a UFFS iniciava suas atividades, vivíamos a implantação das políticas de ampliação, expansão e interiorização do Ensino Superior no Brasil através do REUNI. Também discutia-se entre as universidades consolidadas as ações afirmativas com reserva de vagas aos candidatos por critérios étnicos e, em 2012, a Lei nº 12.711/2012 passava a garantir a reserva de 50% das vagas em instituições federais para alunos de escolas públicas. Também é de 2012 a Resolução CNE/CP nº 1/2012, que estabelece a obrigatoriedade dos Direitos Humanos no sistema educacional brasileiro, prevendo inclusive que

---

25MARINSALTA, Claudia Irene. Cuestionando las ausencias en el currículo universitario. In: Congreso Internacional las Políticas de Equidad de Género en Prospectiva: Nuevos Escenarios, Actores y Articulaciones, 2010, Buenos Aires. Anais [...]. Buenos Aires: Área Género, Sociedad y Políticas - FLACSO Argentina, 2010. Disponível em: [https://www.prigepp.org/congreso/documentos/ponencias/5\\_Claudia\\_Marinsalta.pdf](https://www.prigepp.org/congreso/documentos/ponencias/5_Claudia_Marinsalta.pdf)



Art. 12. As Instituições de Educação Superior estimularão ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

A educação ambiental, por sua vez, é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, estabelecida desde 1999 pela Lei nº 9.795/1999. A recente Lei nº 14.926/2024 complementa a legislação interior, com o objetivo de assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental.

O Decreto nº 5.626/2005 já estabelecia que a Língua Brasileira de Sinais - Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia, além de ser optativa nos demais cursos de educação superior. E, enquanto a Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008, dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na Educação Básica, as Instituições de Ensino Superior têm também incluído nos currículos da graduação a educação para as relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Este, inclusive, é um dos indicadores do Instrumento de Avaliação de cursos de graduação - presencial e a distância - para reconhecimento e renovação de reconhecimento promovido pelo INEP/DAES desde 2017. A previsão deste tema parece responder ao Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, quando afirma que:

Art. 13. O Poder Executivo federal, por meio dos órgãos competentes, incentivará as instituições de ensino superior públicas e privadas, sem prejuízo da legislação em vigor, a:

I - resguardar os princípios da ética em pesquisa e apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação que desenvolvam temáticas de interesse da população negra;

II - incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira;

III - desenvolver programas de extensão universitária destinados a aproximar jovens negros de tecnologias avançadas, assegurado o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários;

IV - estabelecer programas de cooperação técnica, nos estabelecimentos de ensino públicos, privados e comunitários, com as escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico, para a formação docente baseada em princípios de equidade, de tolerância e de respeito às diferenças étnicas.



Somam-se ainda, às exigências em âmbito nacional que promoveram alterações curriculares desde a criação da UFFS, a curricularização da extensão prevista no Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014), amparado na Emenda Constitucional nº 59/2009. Como ação convergente para as iniciativas voltadas ao aumento da ocupação de vagas no ensino superior público entre os jovens, é incluída como desdobramento da Meta 12 a proposta de “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Meta 12.7). Deriva, portanto, dessa orientação, a publicação das Diretrizes da Extensão na Educação Superior (Resolução nº 7/MEC/CNE/CES/2018) que passa a adotar a curricularização da extensão nos cursos de Ensino Superior com definição mínima da carga horária estabelecida proporcionalmente em cada curso de graduação.

Essas mudanças contextuais impactaram positivamente a universidade brasileira, que certamente não é mais aquela da primeira década dos anos 2000, ainda marcada por um lado, pelas práticas herdadas do regime ditatorial e, por outro, pelas políticas que resultaram no sucateamento do ensino superior até aquele momento. O anseio dos movimentos sociais em construir uma universidade que fugisse dos modelos tradicionais, portanto, em certa medida, olhava para a experiência acumulada do ensino superior anterior ao REUNI. Desde então, essas iniciativas passaram a fazer parte das universidades brasileiras como um todo. Neste momento de revisão curricular, é importante tanto reconhecer o quanto a UFFS têm sido pioneira em várias de suas iniciativas, mas também que os desafios atuais são outros.

O presente movimento de revisão da estrutura curricular institucional é fruto de um amplo processo de reflexão coletiva travada em diversos colegiados, Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), fóruns de debate institucionais, e da própria revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Além disso, é motivado pelas necessárias revisões dos Projetos Pedagógicos (PPs) dos Cursos, impulsionadas pela publicação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Citemos, como exemplo, os processos de adequação em curso nas licenciaturas, que incorporam novas bases para a formação docente, e nos bacharelados, que revisitam seus perfis de egresso, assim como o desafio institucional da curricularização da extensão, que exige uma reestruturação dos projetos formativos para integrar de forma orgânica a extensão à matriz curricular.

Destaca-se, nesse contexto, o amplo debate realizado no Fórum das Licenciaturas da UFFS, que resultou na elaboração da Política Institucional das Licenciaturas, formalizada



através da Resolução nº 52/CONSUN/CCAE/UFFS/2024. Esta política manteve a estrutura por Domínios (Comum, Conexo e Específico) como base organizacional dos cursos de licenciatura, porém com significativas ressignificações em seus conceitos e articulações, demonstrando a viabilidade de se repensar os domínios sem necessariamente abandoná-los completamente

Na direção de pensar as mudanças no currículo, o Regulamento da Graduação da UFFS (Resolução nº 40/2022) representa um marco importante na organização acadêmica da universidade, estabelecendo diretrizes claras para os cursos de graduação. No entanto, ao analisar sua aplicação no contexto educacional contemporâneo, percebe-se que a estruturação rígida dos domínios formativos - com cargas horárias mínimas e máximas pré-definidas para os Domínios Comum, Conexo e Específico - pode limitar a plena realização dos próprios princípios que fundamentam o documento. A rápida evolução das demandas do mundo do trabalho, a emergência de novos campos do conhecimento e a necessidade de formar profissionais com perfis cada vez mais interdisciplinares exigem uma revisão dessa estrutura, de modo a garantir que a formação oferecida pela UFFS mantenha-se alinhada com sua missão institucional e com as necessidades da sociedade.

A fundamentação para essa mudança encontra sólido respaldo no próprio regulamento, particularmente nos Artigos 2º e 28. O princípio da flexibilização curricular (Art. 2º, X) e o reconhecimento da interdisciplinaridade como valor formativo central (Art. 2º, V) fornecem a base doutrinária para repensar a atual compartimentalização do conhecimento. Além disso, o mecanismo de ajustes do Projeto Pedagógico do Curso (Art. 28) estabelece um caminho viável e regulamentado para implementar essas mudanças, permitindo que Núcleos Docentes Estruturantes, assessorados pelos Colegiados de Curso, proponham alterações na distribuição de cargas horárias e no sequenciamento de componentes curriculares. Esta não é, portanto, uma proposta de ruptura com o regulamento, mas sim de sua evolução em direção a uma aplicação mais coerente com seus princípios fundamentais, garantindo que a formação na UFFS seja efetivamente inovadora, integrada e responsiva às transformações sociais em curso.

### **3.2 Princípios**

A recente revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2032 promoveu um significativo processo de avaliação pela comunidade universitária sobre as expectativas, os êxitos e os limites da atual organização curricular da UFFS. Os variados olhares e concep-



ções – não raro divergentes e contraditórios – que compõem a comunidade acadêmica e regional colaboraram com a construção do PDI vigente, afirmam as prioridades ao longo do texto que reforçam uma identidade institucional e um compromisso com os valores que têm orientado a Universidade Federal da Fronteira Sul desde sua implantação. São princípios que balizam a reestruturação curricular da UFFS a partir do PDI vigente:

**Universidade Popular:** A UFFS se inspira nos princípios da Educação Popular, incorporando e dialogando com os saberes e as práticas dos movimentos sociais, das diferentes comunidades e povos que constituem o seu entorno (PDI, 2025, p.33).

**Articulação curricular:** Os currículos dos cursos da UFFS estarão alicerçados na tradição científica, com espaços de flexibilização e articulação entre si, para que os estudantes possam construir, com autonomia, o seu percurso formativo (PDI, 2025, p.33).

**Autonomia:** O processo formativo e de atuação na sociedade possibilita aos estudantes da UFFS se posicionar de forma autônoma e crítica frente ao conhecimento e assumir o protagonismo diante dos processos investigativos da sua área de conhecimento, com rigor científico, com compromisso ético, estético e político (PDI, 2025, p.33).

**Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão/Cultura:** A produção do conhecimento na universidade não se esgota em si mesmo, ele precisa fazer a aproximação da universidade com a sociedade, propiciando uma autorreflexão crítica que resulte em uma emancipação teórica e prática que dê significado social ao trabalho acadêmico, colocando o estudante como protagonista de sua formação profissional e cidadã. A razão de ser de uma universidade pública, com uma perspectiva popular, é produzir os conhecimentos em sintonia com a sociedade e suas demandas (PDI, 2025, p.33).

**Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.** As pesquisas com foco em inovação (tanto tecnológica quanto social), nas mais variadas áreas do conhecimento, devem buscar integrar e abranger soluções com impactos positivos de forma harmônica entre as esferas econômica, social e ambiental. Manter o compromisso com a divulgação científica, independentemente da área de pesquisa, estimulando a elaboração de meios de socialização do conhecimento, da cultura científica e da inovação. (PDI, 2025, p.49, adaptado).

**Extensão como prática fundamental da Universidade.** A integração das práticas extensionistas à matriz curricular potencializa a formação cidadã dos estudantes, desenvolvendo saberes interprofissionais e interdisciplinares de modo amplo e crítico ao estimular nos estudantes a aplicação de seus conhecimentos em contextos reais e a contribuição com soluções para a comunidade. A curricularização da extensão e criação de ações de extensão vinculados aos cursos comprometem-se com a transformação social e



a cidadania, flexibilizando os currículos e ressignificando o espaço físico da sala de aula. (PDI, 2025, p.51, adaptado).

**Internacionalização:** O compromisso da UFFS é reorganizar as práticas de pesquisa e formação humana integral. Isso envolve um planejamento estratégico que permeia e promove a troca de conhecimentos, tanto internamente quanto externamente. Por isso, temos a necessidade de criar dinâmicas de internacionalização que fortaleçam nossas ações de cooperação. Além disso, promove-se uma política linguística focada no multilinguismo e em currículos internacionalizados. Essa abordagem valoriza a diversidade cultural e visa formar cidadãos globais preparados para os desafios do mundo contemporâneo (PDI, 2025, p.34).

**Sustentabilidade e Meio Ambiente:** Os currículos devem incluir uma aprendizagem ecológica, intercultural e interdisciplinar que capacite os estudantes a acessar e produzir conhecimento relevante, integrando a sustentabilidade aos planos de ensino, projetos de extensão, inovação, ensino e pesquisa, assim como nos planos estratégicos das instituições (PDI, 2025, p.63, adaptado).

**Direitos Humanos, Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão:** Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destaca-se o ODS 4, que se refere à Educação de Qualidade. Essa educação é considerada a base para o alcance de todos os outros objetivos, pois, conforme a meta 4.7 da Agenda 2030, é fundamental que todos os estudantes adquiram conhecimentos e habilidades essenciais para promover o desenvolvimento sustentável. Isso inclui o respeito aos direitos humanos, a igualdade de gênero, a promoção de uma cultura de paz e não violência, a cidadania global e a valorização da diversidade cultural e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2015) (PDI, 2025, pp.68-69, adaptado).



## **4. DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA CURRICULAR INSTITUCIONAL**

A UFFS propõe-se a redesenhar seu currículo institucional, garantindo o atendimento às diferentes demandas formativas. O objetivo é assegurar uma formação alinhada às demandas contemporâneas, contribuindo para a formação de profissionais capacitados e preparados para os desafios do nosso tempo. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é essencial para integrar a teoria e a prática, promovendo uma educação mais rica e contextualizada. Os debates promovidos sobre a temática durante a construção do PDI vigente apontaram para a necessidade de reformulação do currículo. A inovação curricular e a atualização dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) são colocados como fundamentais para garantir a evolução acadêmica e as necessidades do mundo do trabalho, a cidadania e a promoção da autonomia dos estudantes.

A criação de políticas institucionais que promovam a inovação em todas as áreas do conhecimento é uma estratégia vital para fortalecer os cursos de graduação e por consequência a instituição, tanto no ensino, quanto na pesquisa e na extensão, considerando-se o desenvolvimento do ensino superior em uma sociedade cada vez mais orientada pela inovação e tecnologia. A flexibilização curricular surgiu como ponto crucial para permitir que os alunos escolham trajetórias educacionais personalizadas e que respondam às suas necessidades e interesses. Isso torna o trajeto mais proveitoso e aumenta os índices de sucesso. A curricularização da extensão é apontada como um grande desafio, sendo fundamental o provimento de recursos para o desenvolvimento das ações em aproximação com a comunidade regional.

Neste contexto, diferentes proposições foram discutidas, tais como: o equilíbrio entre ações de ensino, pesquisa e extensão com vistas aos princípios de indissociabilidade dessas dimensões, na mesma direção a integração entre os domínios formativos, e a oferta conjunto de componentes curriculares (CCRs) no formato de ensino a distância. O debate sobre o currículo não é simples, é um território em disputa, por isso é importante que haja comprometimento, ações coordenadas de escuta e debates na construção e revisão dos projetos pedagógicos de curso que contemplem a formação plena dos estudantes com base nas demandas apresentadas pela sociedade, mas também na satisfação pessoal e profissional.

Sob esse prisma, uma formação profissional, que se queira humana e humanizadora, requer da organização pedagógica, desde o início de cada percurso acadêmico, a compreen-



são acerca dos conhecimentos inerentes às especificidades da atuação em diálogo com outras áreas, saberes e metodologias oferecidas pelo ambiente universitário. Tão importante quanto é a presença de uma formação generalista em diálogo com uma perspectiva crítica, inclusiva, alicerçada na vivência da cidadania com democracia e justiça social. Esse movimento, por assim dizer, sinaliza para um amálgama complexo, dinâmico, flexível, que constitui, é constituído e se materializa em conteúdos de tipologia diversa, mas articulados e em diálogo.

É importante ter em conta que, na lógica deste raciocínio, caberá à UFFS olhar criticamente para a estrutura curricular vigente, refletindo se, em vez de componentes curriculares fixos, como definem hoje os domínios que compõem o currículo atual da UFFS, seria possível propor uma estrutura curricular em outros formatos observando as dimensões formativas implicadas no perfil do egresso. Com 16 anos de universidade já é possível reavaliar a sua proposta curricular inicial. Nesta perspectiva, é possível construir um caminho que, ao mesmo tempo que acolhe a concepção curricular da UFFS, supere aqueles aspectos que acabam por posicionar contrários à própria orientação, como parece ser o caso da fixação de componentes e de carga horária, migrando para uma organização pedagógica do currículo pautada nos princípios da política pedagógica da instituição.

Como estratégia de acolher perspectivas e demandas dos seis campi que compõem a UFFS, o GT currículo propõe um instrumento com questões indutoras a serem discutidas em plenárias com a comunidade universitária a partir de quatro eixos. O objetivo consiste em reconhecer as qualidades da organização curricular vigente, as suas limitações e os desafios que se impõem para a universidade hoje, a partir dos do histórico de nossa universidade, bem como os pressupostos e os princípios que orientam a identidade institucional e o seu papel junto à comunidade regional e à sociedade brasileira.

Cada eixo segue com um ementário mínimo, cuja função é elucidar conteúdos inerentes e que podem mobilizar reflexões, debates e sugestões.



## 4.1 EIXOS TEMÁTICOS DE DISCUSSÃO

### 1. Fundamentos ontológicos e sócio-históricos da formação humana

*Fundamentos ontológicos e sócio-históricos da constituição do humano e da formação humana com base em estudos sobre a gênese e desenvolvimento da vida social em sua complexidade e diversidade, destacando as dimensões econômica, política e cultural do ser social como totalidade histórica. No escopo da formação universitária, cabe aqui uma análise sócio-histórica da sociedade (formação desta sociedade em termos de cultura, trabalho, educação, relação sociedade-indivíduo: condicionantes históricos da subjetividade, inclusão, exclusão, diversidades, interculturalidade). Trata-se da formação cidadã. Nestes termos, cabe refletir sobre:*

1.1 Como, no âmbito da UFFS, é contemplada a **formação geral** nos cursos? Como temos (ou não) contemplado esta formação no *campus*? E quais iniciativas poderiam potencializar a formação cidadã dos estudantes?

1.2 Como é contemplado o **perfil dos ingressantes nos cursos do campus**? Quais iniciativas podem responder ao perfil recebido em nossa universidade? Como é promovida a **inclusão** nos cursos do campus? E quais iniciativas poderiam contemplar a **diversidade** da região e dos estudantes?

### 2. Fundamentos éticos, estéticos e epistemológicos

*Contempla reflexões em torno de condutas e postura sobre a produção de ciência/conhecimento na área, evidenciando aspectos relativos à ética e à estética em face do que faz e produz sentido para a vida em suas diferentes formas. Análise das matrizes epistemológicas de produção do conhecimento e do saber científico. Reflexões em torno da dimensão estética na práxis de fazer ciência como saber inerente à formação superior: criação, imaginação, sensibilidade e conhecimento. Ética profissional, integridade científica, responsabilidade sócio-ambiental e formação humana integral. Cabem aqui indagações*



*sobre: o que é conhecimento? Qual a relação entre conhecimento científico e humanidade? Como concebemos o conhecimento e sua produção no âmbito da formação humana, inclusiva e diversa que pretendemos na UFFS? Cabem aqui, conteúdos, conhecimentos mediadores de processos mentais que apropriem os métodos e metodologias relacionados aos objetos de investigação da área, ao mesmo tempo que geram, no estudante, possibilidades de criação, de inovação científica na área.*

2.1 Como é realizada a promoção da **interdisciplinaridade** nos cursos, entre os cursos, entre áreas e entre os campi? E quais iniciativas poderiam potencializar ações conjuntas?

2.2 Como as **metodologias** de ensino e os processos de **avaliação** da aprendizagem contribuem para a formação crítica, autônoma e criativa dos estudantes? E quais iniciativas poderiam inovar as práticas pedagógicas para superar abordagens tradicionalmente fragmentadoras e tecnicistas?

2.3 Como é contemplado o **papel da universidade pública na produção do conhecimento e no desenvolvimento humano**? Quais iniciativas podem promover essa reflexão no âmbito dos cursos no campus?

### 3. Fundamentos da formação profissional

*Conteúdos, métodos e procedimentos voltados para a formação profissional na área. Conteúdos que integram e aprofundam conceitos e saberes de formação geral e das áreas gerais do conhecimento, imprescindíveis à formação de dimensões estéticas e de atuação cidadã e profissional de nível superior. Conteúdos relacionados ao domínio das principais teorias e tecnologias que integram a profissão, bem como temas atuais relacionados às mudanças tecnológicas no mundo do trabalho e a atuação profissional. Integração entre atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura.*

3.1 Como a **pesquisa** articula-se às atividades dos cursos no campus? E quais iniciativas poderiam potencializar a articulação entre pesquisa e ensino?



3.2 Como é realizada a inserção das **práticas de extensão** nos cursos do campus? E quais iniciativas poderiam potencializar a curricularização da extensão?

3.3 Como é promovido o acesso à **cultura** em cada curso no campus? E quais iniciativas poderiam potencializar a realização e a participação em atividades culturais?

3.4 Como é contemplada a **formação para o mundo do trabalho** nos cursos do campus? E quais iniciativas poderiam aprimorar a qualificação profissional dos egressos?

3.5 Como é o atendimento à **legislação** nos cursos do campus? E quais iniciativas poderiam ser feitas para contribuir com a atenção às demandas legais?

#### 4. Saberes complementares à formação profissional

*Conteúdos complementares que abordam temas e desafios contemporâneos relacionados ao campo de formação profissional.*

4.1 Como é contemplada a **internacionalização** dos cursos no campus? Quais iniciativas podem favorecer a internacionalização?

4.2 Como é realizada a **oferta conjunta de componentes curriculares** entre diferentes cursos? Quais temas e iniciativas podem favorecer intersecções entre cursos do mesmo campus e mesmos cursos entre diferentes campi?

4.3 Quais as estratégias mobilizadas pelos cursos e pelo *campus* para viabilizar os cursos de **baixa demanda**? Que iniciativas podem potencializar a diversidade de cursos e áreas de formação no *campus* e na instituição?



Para cada questão proposta no instrumento acima, os campi devem induzir três movimentos: a avaliação, os desafios e as sugestões sobre os temas em destaque:

**Avaliação:** Considerar na avaliação a ser realizada no campus se a atual organização curricular fomenta ou potencializa o desenvolvimento destes eixos.

**Desafios:** Apontar, na avaliação do campus, os limites e possibilidades que temos na organização curricular atual.

**Proposta:** Apresentar, se houver, proposta(s) que sinalizem avanços diante dos desafios que temos no atual formato da organização curricular da UFFS.

O instrumento acima, ainda que se disponha a abranger de forma muito ampla diversos aspectos que têm orientado os debates em nossa universidade, não esgota as possibilidades a serem contempladas. Por isso é importante que a comunidade universitária avalie quais outros temas são prioridades para uma discussão curricular de âmbito institucional.

A cada eixo, conforme a discussão em cada campus, podem ser adicionados outros elementos que contribuam para o aprimoramento do instrumento de consulta à comunidade universitária. Dessa forma, possam todos colaborar com a discussão indicando outros tópicos e possibilidades de formato e organização curricular.

Este instrumento busca orientar e fomentar a reflexão coletiva, que pode e deve acolher diferentes perspectivas, colaborando para uma síntese institucional, que norteará a Diretriz Curricular Institucional da UFFS.